### Sumário **Caderno Empresarial 2**

**BALANÇO** 

BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT SA DTVM ....



Volume 129 • Número 49 Página 2 São Paulo, sexta-feira, 15 de março de 2019



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO







#### **BRAM - Bradesco Asset Management S.A.** Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 62.375.134/0001-44 Sede: Avenida Paulista, 1.450 - 6º Andar - Bela Vista - São Paulo - SP

#### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A BRAM, gestora privada de fundos de investimento do Brasil, une a experiência de mais de 70 anos do Banco Bradesco aos seus

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança, e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao specialistas na gestão de fundos e carteiras administradas. Oferece soluções de investimentos diferenciadas e adequadas a todos os trabalho.

perfis de clientes, garantindo o mais alto padrão de qualidade em serviços.

No encerramento do exercício de 2018, a BRAM possuía sob gestão R\$ 667.558 milhões distribuídos em 1.230 fundos de inves-

mento e 300 carteiras administradas, atendendo um total de 3.469.442 investid

No exercício de 2018, a BRAM registrou Lucro Líquido de R\$ 123 milhões, correspondente a R\$ 13.233,45 por lote de mil ações, Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, da Patrimônio Líquido de R\$ 573 milhões, proporcionando rentabilidade anulizada de 21,53%. A política de dividendos da Instituição BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (BRAM ou Instituição), de acordo com as assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em

#### São Paulo, SP, 30 de janeiro de 2019.

	BALANÇO PATI	RIMONIAL EM	31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil		
ATIVO	2018	2017	PASSIVO	2018	2017
CIRCULANTE	688.558	541.141	CIRCULANTE	119.799	92.663
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	317	321	OUTRAS OBRIGAÇÕES	119.799	92.663
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS			Sociais e Estatutárias	1.172	761
(Nota 5)	641.818	512.230	Fiscais e Previdenciárias (Nota 11a)	83.571	53.176
Carteira Própria	641.818	512.230	Diversas (Nota 11b)	35.056	38.726
OUTROS CRÉDITOS (Nota 6)	45.428	28.590			
Rendas a Receber	39.200	22.291			
Diversos	6.228	6.299	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	14.572	17.752
OUTROS VALORES E BENS	995	-	OUTRAS OBRIGAÇÕES	14.572	17.752
Despesas Antecipadas	995	-	Fiscais e Previdenciárias (Nota 11a)	225	274
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	15.605	16.938	Diversas (Nota 11b)	14.347	17.478
OUTROS CRÉDITOS (Nota 6)	15.605	16.938			
Diversos	15.605	16.938			
PERMANENTE	3.232	3.169	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	573.024	450.833
INVESTIMENTOS (Nota 7)	96	195	Capital:		
Participações em Coligadas e Controladas:			- De Domiciliados no País (Nota 12a)	250.000	190.000
- No País	74	73	Reservas de Lucros (Nota 12c)	323.024	260.833
Outros Investimentos	117	334			
Provisões para Perdas	(95)	(212)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 8)	1.091	1.520			
Outras Imobilizações de Uso	6.536	7.660			
Depreciações Acumuladas	(5.445)	(6.140)			
INTANGÍVEL (Nota 9)	2.045	1.454			
Ativos Intangíveis	7.082	5.863			
Amortização Acumulada	(5.037)	(4.409)			
TOTAL	707.395	561.248	TOTAL	707.395	561.248

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

	2º Semestre	Exercícios fin 31 de dezer	
	2018	2018	2017
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	18.729	34.891	43.713
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5c)	18.729	34.891	43.713
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	18.729	34.891	43.713
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	86.524	188.532	102.626
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 13)	181.346	362.234	275.017
Despesas de Pessoal (Nota 14)	(57.518)	(107.020)	(113.318)
Outras Despesas Administrativas (Nota 15)	(22.445)	(36.932)	(33.681)
Despesas Tributárias (Nota 16)	(15.746)	(30.762)	(22.366)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 7)	1	1	(17)
Outras Receitas Operacionais (Nota 17)	1.072	1.502	1.227
Outras Despesas Operacionais (Nota 18)	(186)	(491)	(4.236)
RESULTADO OPERACIONAL	105.253	223.423	146.339
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(100)	(173)	(3)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	105.153	223.250	146.336
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 20a e b)	(47.462)	(99.887)	(66.200)
Provisão para Imposto de Renda	(29.453)	(52.927)	(35.560)
Provisão para Contribuição Social	(25.345)	(44.604)	(30.208)
Ativo Fiscal Diferido	7.336	(2.356)	(432)
LUCRO LÍQUIDO	57.691	123.363	80.136
Número de ações (Nota 12a)	9.322.059	9.322.059	9.322.059
Lucro por lote de mil ações em R\$	6.188,65	13.233,45	8.596,38

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO** - Em Reais mil

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

#### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

	2º Semestre	Exercícios fin 31 de deze	
	2018	2018	2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	105.153	223.250	146.336
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	469	1.118	2.115
Depreciações e Amortizações	525	1.049	1.047
Despesas com Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	(172)	(73)	269
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(1)	(1)	17
Outros	117	143	782
Lucro Líquido ajustado antes dos Impostos	105.622	224.368	148.451
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos			
Financeiros Derivativos	(98.762)	(129.588)	(91.846)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(13.245)	(18.856)	(1.730)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	18.826	(2.929)	(1.803)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(11.730)	(71.027)	(51.630)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	711	1.968	1.442
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Alienação de Imobilizado de Uso	-	69	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(61)	(61)	(275)
Aquisição de Intangível	(978)	(1.219)	(846)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(1.039)	(1.211)	(1.121)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Dividendos Pagos	-	(761)	-
Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	-	(761)	-
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(328)	(4)	321
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	645	321	_
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	317	317	321
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(328)	(4)	321

#### As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL A BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (BRAM ou Instituição) tem como objetivo administração de carteira de valores mobiliários por intermédio de carteiras de fundos, clubes de investimentos e outros assemecom a Carta Circular nº 3.429/10 sendo: lhados, além da execução de outros serviços ou atividades correlacionados à administração de recursos, podendo, para tal fim, • Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre celebrar convênios, bem como comprar e vender participações societárias e participar como sócia ou acionista de outras Sociedades. É parte integrante da Organização Bradesco (Organização), sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas, que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas

#### monstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto. 2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Mo-. netário Nacional (CMN).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da BRAM evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos. As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

#### As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 30 de janeiro de 2019. 3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas

relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço

c) Caixa e equivalentes de caixa Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromis-

correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas

d) Títulos e valores mobiliários - classificação

Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período:

Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria; e

Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haia capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em cor trapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos finar

ceiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se el cotações de precos de mercado ou cotações de precos de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se es ses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelo de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgament

ou estimativa significativa por parte da Administração. e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas é registrada na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões (2) Nas aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de rea- (3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no lização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Eventos	Capital _ Social	Reservas (		Lucros Acumulados	Totais
Saldos em 30.6.2018	250.000	18.473	247.408	-	515.881
Lucro Líquido	-	-	-	57.691	57.691
Destinações: - Reservas	-	2.885	54.258	(57.143)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(548)	(548
Saldos em 31.12.2018	250.000	21.358	301.666	-	573.024
Saldos em 31.12.2016	167.000	17.182	187.276	-	371.458
Aumento de Capital com Reservas (Nota 12b)	23.000	-	(23.000)	-	_
Lucro Líquido	-	-	` -	80.136	80.136
Destinações: - Reservas	-	4.007	75.368	(79.375)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(761)	(761
Saldos em 31.12.2017	190.000	21.189	239.644	-	450.833
Aumento de Capital com Reservas (Nota 12b)	60.000	(6.000)	(54.000)	-	-
Lucro Líquido	-	` -	` -	123.363	123.363
Destinações: - Reservas	-	6.169	116.022	(122.191)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(1.172)	(1.172
Saldos em 31.12.2018	250.000	21.358	301.666	-	573.024

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15 e retornou à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não ativados, estão apresentados na Nota 20. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados nos resultados de acordo com o princípio da competência. Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes iá não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando benefícios futuros não são mais esperados

g) Investimentos Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

h) Imobilizado

f) Despesas antecipadas

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos, sistemas de comunicação e segurança - 10% ao ano, sistemas de processamento de dados 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (impairment) quando aplicável

i) Intangível Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade

É composto por: • Software: são registrados ao custo, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil-estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Gasi o desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

i) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment) Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu

valor contábil A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

k) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais praticar operações e atividades atinentes às disposições legais e regulamentares aplicáveis às sociedades da espécie, inclusive a são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e de acordo

as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua

recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuia expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas; · Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que oca-

sionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados

como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e Obrigações Legais - Provisão Para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade

ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis. I) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias. auferidos (em base pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base pro rata dia).

m) Eventos subsequentes Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por: • Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

 Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações 4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Ém 31 de dezembro de 2018, corresponde a disponibilidades em moeda nacional no montante de R\$ 317 mil (2017 - R\$ 321 mil).

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 31 de dezembro - R\$ mil

2017

2018

a) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

	Carteira própria		
	• •		
	Cotas de fundos de investimento	641.818	512.230
S	Total	641.818	512.230
0	b) Classificação por categorias e prazos - distribuídas de acordo com os papéis que o	compõem as carteiras	dos fundos
_		Em 31 de de	zembro - R\$ mil

2017 2018 Valor de 1 a 30 31 a 180 181 a 360 mercado/ custo

เมล	Titulos (1)	<u>uias</u> _	<u>uias</u> _	uias	<u> 360 dias</u>	contabii (2)	atuanzado	contabii (2)
nn-	Títulos para negociação: (3)	214.166	5.073	7.811	414.768	641.818	641.818	512.230
	Letras financeiras do tesouro	100.593	628	-	408.998	510.219	510.219	337.996
an-	Notas do tesouro nacional	113.418	-	-	-	113.418	113.418	162.579
em	Letras financeiras	-	4.445	7.811	5.770	18.026	18.026	11.484
es-	Outros	155	-	-	-	155	155	171
los	Total em 2018	214.166	5.073	7.811	414.768	641.818	641.818	
nto	Total em 2017	162.750	40.732	8.979	299.769			512.230
	(1) As aplicações em cotas de fundo	os de investim	ento que inclu	em operaçõe	s compromis	sadas realizad	as pelos resp	ectivos Fundos

de Investimento, foram distribuídas observando o percentual de participação no Patrimônio Líquido de cada fundo, aplicado nos papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos e na distribuição dos prazos foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil. Do total aplicado no encerramento do exercício R\$ 641.663 mil (2017 - R\$ 512.059 mil) eram em fundos exclusivos administrados pela Organização;

ativo circulante



#### **BRAM - Bradesco Asset Management S.A.** Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Empresa da Organização Bradesco CNPJ 62.375.134/0001-44 Sede: Avenida Paulista, 1.450 - 6º Andar - Bela Vista - São Paulo - SP

	NOTAS EXPLICATIVA	S DA ADMINISTRAÇ
c) Resultado de títulos e valores mobiliários		
	Ex	ercícios findos em
	31 de	dezembro - R\$ mil
	2018	2017
Títulos de renda fixa	34.891	43.713
Total	34.891	43.713
d) A BRAM não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos e	m 31 de dezembro de 20	)18 e de 2017.
6) OUTROS CRÉDITOS		
a) Rendas a receber		

Em 31 de dezembro - R\$ mil 2018 2017 21.544 Taxa de administração de fundos de investimento 38.588 Tarifa de administração de carteiras 612 747

Total. 39.200 22.291 b) Diversos Em 31 de dezembro - R\$ mil Créditos tributários (Nota 20c).. 19.700 17.344 Impostos e contribuições a compensar 2.596 Devedores por depósito em garantia. 1.391 1.305 Adiantamentos e antecipações salariais 405 588 241 Outros. 97

21.833 23.237 7) INVESTIMENTOS Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos, foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas"

							Em 31 de	dezembre	o - R\$ mil
	Capital	Patrimônio	Quantidade de ações possuídas (em milhares)	Participação no capital	Lucro	Valor Co	ontábil	Result equiva patrin	lência
Empresa	social	líquido	Ações	social (%) (1)	líquido	2018	2017	2018	2017
2bCapital S.A	224.167	212.936	20.891	0,0348	3.735	74	73	1	(17)
Total						74	73	1	(17)
(1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em									

decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores. 8) IMOBILIZADO DE USO . Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam

a vida útil-econômica dos bens. Em 31 de dezembro - R\$ mil Custo líquido de depreciação Taxa Custo Depreciação 2018 2017 566 Móveis e equipamentos de uso. 10% 1.925 (1.359)716 Sistema de processamento de dados (3.467) 20% 3.827 360 556 Sistema de segurança e comunicação.. 10% 784 (619)248 Total em 2018. 6.536 (5.445)1.091 Total em 2017 7.660 (6.140)1.520

9) INTANGÍVEL Os gastos com desenvolvimento de sistemas e *software*, com custo líquido de amortização correspondem a R\$ 2.045 mil (2017 - R\$ 1.454 mil), sendo a amortização acumulada é de R\$ 5.037 mil (2017 - R\$ 4.409 mil).

10) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta; a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como Atualização de impostos e contribuições

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais,

sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição. I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras", em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses.

contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários não têm valores relevantes

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário. e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das

respectivas provisões. Em geral, as provisões referentes às ações judiciais da BRAM são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico b) Remuneração do pessoal-chave da Administração em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV - Movimentação das provisões

, .			R\$ mil
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais (1)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	227	65	6.071
Atualização monetária	40	-	136
Constituições líquidas (de reversões e baixas)	(48)	(65)	(136)
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (Nota 11b)	219	-	6.071

(1) Compreende, substancialmente, ao processo de execução fiscal de ISS junto à Prefeitura do Município do Rio de Janeiro.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não proventos. são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são os seguintes: a) Autuações relativas às Total. contribuições previdenciárias, relativos aos anos-bases de 2007 a 2009, sobre valores pagos à título de Participação nos Lucros ou Resultado - PLR e aportes em planos de previdência privada, considerados pela fiscalização como verbas remuneratórias sujeitas à incidência de tais contribuições, no montante de R\$ 15.770 mil (2017 - R\$ 19.606 mil); e b) Autuações de IRPJ e CSLL, relativos aos anos-bases de 2007 a 2011, lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos, no valor total de

R\$ 20.511 mil (2017 - R\$ 16.412 mil). 11) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

,	Em 21 do /	dezembro - R\$ mil
-		
	2018	2017
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	75.567	49.015
Impostos e contribuições a recolher	8.004	4.161
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 20c)	225	274
Total	83.796	53.450
b) Diversas		
•	Em 31 de o	dezembro - R\$ mil
	2018	2017
Provisão para participações nos lucros e resultados	30.807	31.234
Provisão para pagamentos a efetuar	10.959	16.894
Provisões fiscais (Nota 10b)	6.071	6.071
Outras provisões	886	1.369
Provisões cíveis e trabalhistas (Nota 10b)	219	344
Obrigações por aquisição de bens e direitos	461	292

49,403

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO a) Capital social Ó capital social. no montante de R\$ 250.000 mil (2017 - R\$ 190.000 mil) totalmente subscrito e integralizado, é composto por 9.322.059

(2017 - 9.322.059) acões ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal b) Movimentação do capital social Quantidade de ações 2018 2017 2018 2017 Saldo em 1º de janeiro .. 9.322.059 9.322.059 167.000 190.000 Aumento de capital com reserva AGO/AGE (1) .... 23.000 60.000 9.322.059 9.322.059 (1) Em 30 de maio de 2018, o BACEN homologou a AGO/AGE de 30 de abril de 2018 que deliberou o aumento do capital social, mediante a utilização de parte do saldo de Reservas de Lucros - Estatutária no montante de R\$ 54.000 mil e Legal de R\$ 6.000 mil, sem emissão de ações. Em 30 de maio de 2017, o BACEN homologou a AGO/AGE de 28 de abril de 2017 que deliberou o aumento do capital social, mediante a utilização de parte do saldo de Reservas de Lucros - Estatutária no montante de R\$ 23.000

mil, sem emissão de ações. c) Reservas de lucros Em 31 de dezembro - R\$ mil Reservas de lucros 260.833 323.024 - Reserva Legal (1). 21 358 21.189 Reservas Estatutárias (2) 301.666 239.644

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente (1) Os créditos tributários das empresas dos segmentos financeiro e de seguros foram constituídos considerando a elevação da alípoderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a AGO deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados 20 não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar 20 dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de 20 Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou 20 parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos

ÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS		
O cálculo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro está demonstra	do a seguir:	
_		R\$ mil
	2018	2017
Lucro líquido do exercício	123.363	80.136
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	6.169	(4.007)
Base de cálculo	117.194	76.129
Dividendos propostos	1.172	761
Percentual em relação à base de cálculo	1,0%	1,0%
Valor em Reais por lote de mil ações	125,72	81,63
13) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS		
0 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	.~ .	

O valor de R\$ 362.234 mil (2017 - R\$ 275.017 mil) corresponde às receitas auferidas na gestão de recursos de terceiros, calculado com base em percentual definido em contrato de intermediação de negócios.

14) DESPESAS DE PESSOAL

	EX	ercicios findos em
	31 de d	dezembro - R\$ mil
	2018	2017
Proventos	43.691	47.161
Participação dos empregados nos lucros	32.751	29.690
Benefícios	16.104	20.312
Encargos sociais	14.089	15.771
Treinamento	385	384
Total	107.020	113.318
15) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS		

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil 2017 10.376 Comunicações 12.234 Propaganda, promoções e publicidade 4.669 3.082 Processamento de dados. 4.480 Serviços técnicos especializados 4.111 2.481 Aluquéis. 2.339 2.744 Serviços de terceiros. 1.304 1.145 Viagens. Depreciações e amortizações 1.049 1.047 Contribuições filantrópicas. 856 588 Manutenção e conservação de bens 408 405 335 573 Transportes. 306 Despesas de material.

3.405

36.932

2.555

33.681

Exercícios findos em

16) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

_	31 de dezembro - R\$ mil	
_	2018	2017
Contribuição à COFINS	16.815	13.488
Impostos sobre serviços - ISS	9.633	5.416
Contribuição ao PIS	2.793	2.241
Impostos e taxas	1.521	1.221
Total	30.762	22.366
17) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		
,	E	recícios findos em
_	31 de	dezembro - R\$ mil
	2018	2017
Reversão de outras provisões operacionais	1.301	1.127
Reversão de provisões cíveis e trabalhistas	73	-
Recuperação de encargos e despesas	2	35
Outras receitas financeiras	126	65
Total	1.502	1.227

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil 2017 519 198 136 216 Indenizações pagas Outras provisões 43 782 Despesas financeiras 12 618 Provisões cíveis e trabalhistas 431 1.112 Patrocínio. 243 51 315 Total 491 4.236

19) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

18) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a resolução nº 3.750/99 do CMN. É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do A Instituição faz parte da Organização Bradesco, que dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	•	•			
_			Em 31 de dezer	mbro - R\$ mil	
	Controla	dores	Coligadas		
_	2018	2017	2018	2017	
Ativos					
Disponibilidades (Nota 4)	317	321	-	-	
Passivos					
Dividendos a pagar	1.172	761	-	-	
_		Exercícios fin	dos em 31 de dezei	mbro - R\$ mil	
	Controla	dores	Coligae	das	
_	2018	2017	2018	2017	
Despesas de aluguéis	-	(1.537)	(2.464)	(764)	
Despesas com serviços prestados	(7)	-	-	` -	

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados: • O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência

destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição. Para 2018, foi determinado o valor máximo de R\$ 6.400 mil (2017 - R\$ 4.700 mil) para remuneração dos Administradores (proventos) e de R\$ 6.300 mil (2017 - R\$ 4.900 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variáve caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores de instituições financeiras. Benefícios de curto prazo a administradores

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil **2017** 4.669 Benefícios pós-emprego Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil 2017 4.900 Planos de previdência complementar de contribuição definida. 5.599 4.900 A Instituição não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em

ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

20) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exe	ercícios findos em
	31 de d	ezembro - R\$ mil
	2018	2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	223.250	146.336
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1)	(100.462)	(65.851)
Efeito no cálculo dos tributos:	,	,
Participações em coligadas	1	(8)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(2.189)	(2.684)
Outros valores (2)	2.763	2.343
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(99.887)	(66.200)
(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição s dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15; e	social e de 20%, de set	embro de 2015 até

(2) Inclui basicamente as deduções incentivadas. b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

		rcícios findos em
	2018	<u>ezembro - R\$ mil</u> <b>2017</b>
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(97.531)	(65.768)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício sobre adições temporárias	(2.356)	(432)
Total dos impostos diferidos	(2.356)	(432)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(99.887)	(66.200)
c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferido	S	
		D¢ mil

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e	contribuição so	cial diferidos		
, , ,				R\$ mil
	Saldo em		Realização/	Saldo em
	31.12.2017	Constituição	Baixa	31.12.2018
Provisão para participações no lucro/bonificações	15.280	13.445	(15.280)	13.445
Provisões cíveis	556	35	(236)	355
Provisões fiscais	1.821	54	(190)	1.685
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	93	-	(93)	-
Provisões trabalhistas	90	46	(49)	87
Outros	1.860	1.772	(1.860)	1.772
Total dos créditos tributários (Nota 6b) (1)	19.700	15.352	(17.708)	17.344
Obrigações fiscais diferidas (Nota 11a)	274	25	(74)	225
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais			, ,	
diferidas	19.426	15.327	(17.634)	17.119

(17.634)

quota de contribuição social, determinada pela Lei nº 11.727/08 (Nota 3e). d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

		Em 31 de	dezembro - R\$ mil
	Diferenças	temporárias	
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
019	1.888	1.133	3.021
020	3.473	2.084	5.557
021	3.473	2.084	5.557
022	1.796	1.078	2.874
023	210	125	335
otal	10.840	6.504	17.344
			continua

Sumário **Caderno Empresarial 2** 

**BALANCO** BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT SA DTVM ...



Volume 129 • Número 49 Página 3 São Paulo, sexta-feira, 15 de março de 2019











### Sumário **Caderno Empresarial 2**

**BALANÇO** 

BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT SA DTVM.



#### **BRAM - Bradesco Asset Management S.A.** Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 62.375.134/0001-44 Sede: Avenida Paulista, 1.450 - 6º Andar - Bela Vista - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS A projeção de realização de créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até 31 de dezembro de 2018, os pronunciamentos contábeis, aprova O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a dos pelo CMN e adotados foram:

R\$ 16.436 mil (2017 - R\$ 19.328 mil).

Todos os créditos tributários da BRAM foram devidamente ativados

#### 21) OUTRAS INFORMAÇÕES

Aos Acionistas e aos Administradores da

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e \* Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24); da globalização dos negócios da Organização, motivo de constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas.

• Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1); A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente • Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. Promove • Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1); e ainda a atualização dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração. • Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1). O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompa- Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se, a ado-

nhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil da atividade da ção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. A BRAM possui estrutura e governança de gerenciamento de risco própria, da qual participam membros integrantes da Organização dezembro de 2018.

no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às

#### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

#### BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

#### Opinião

("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercícios findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidên e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continua operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das

 Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01); • Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);

Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03).

Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);

c) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de

#### A DIRETORIA

Antonio Marcos Sapata - Contador - CRC 1SP212776/O-9

#### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de dis torção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de Examinamos as demonstrações contábeis da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissio

> nal e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por

> fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação omissão ou representações falsas intencionais.

> Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriado às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

> feitas pela administração. cias de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter en continuidade operacional.

 Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demons trações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e des nho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração e os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 14 de marco de 2019



CRC 2SP028567/O-1 F SP

André Dala Pola Contador CRC 1SP214007/O-2



# Certificação Digital Imprensa Oficial

## Segurança e agilidade na administração da sua empresa

- Substituição dos documentos em papel pelo equivalente eletrônico conservando sua validade jurídica
- Assinatura digital de documentos
- Transações eletrônicas seguras
- Adequação às exigências da Receita Federal
- Emissão de procurações eletrônicas de qualquer lugar do mundo

# www.imprensaoficial.com.br



SAC 0800 01234 01



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Volume 129 • Número 49

São Paulo, sexta-feira, 15 de março de 2019

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO







707.395

561.248

Em 31 de dezembro - R\$ mil

6.071

2018

#### **BRAM - Bradesco Asset Management S.A.** Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Empresa da Organização Bradesco

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

CNPJ 62.375.134/0001-44 Sede: Avenida Paulista, 1.450 - 6º Andar - Bela Vista - São Paulo - SP

Senhores Acionistas Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, da BRAM - Bradesco
Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (BRAM ou Instituição), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplide R\$ 573 milhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 21,53%. A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo cáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A BRAM. gestora privada de fundos de investimento do Brasil, une a experiência de mais de 70 anos do Banco Bradesco aos seus especialistas na gestão de fundos e carteiras administradas. Oferece soluções de investimentos diferenciadas e adequadas a todos os perfis de clientes, garantindo o mais

No encerramento do exercício de 2018, a BRAM possuía sob gestão R\$ 667.558 milhões distribuídos em 1,230 fundos de investimento e 300 carteira.

administradas, atendendo um total de 3,469,442 investidores.

No exercício de 2018, a BRAM registrou Lucro Líquido de R\$ 123 milhões, correspondente a R\$ 13.233,45 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança, e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho

São Paulo, SP, 30 de janeiro de 2019. Diretoria

	BALANÇO PAT	TRIMONIAL EM 3	1 DE DEZ
ATIVO	2018	2017	PASSIVO
CIRCULANTE	688.558	541.141	CIRCUL
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	317	321	OUTRAS
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5)	641.818	512.230	Sociais e
Carteira Própria	641.818	512.230	Fiscais e
OUTROS CRÉDITOS (Nota 6)	45.428	28.590	Diversas
Rendas a Receber	39.200	22.291	
Diversos	6.228	6.299	
OUTROS VALORES E BENS	995	-	EXIGÍVE
Despesas Antecipadas	995	-	OUTRAS
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	15.605	16.938	Fiscais e
OUTROS CRÉDITOS (Nota 6)	15.605	16.938	Diversas
Diversos	15.605	16.938	
PERMANENTE	3.232	3.169	
INVESTIMENTOS (Nota 7)	96	195	PATRIMÓ
Participações em Coligadas e Controladas:			Capital:
- No País	74	73	- De Don
Outros Investimentos	117	334	Reservas
Provisões para Perdas	(95)	(212)	
IMOBILIZADO DE USO (Nota 8)	1.091	1.520	
Outras Imobilizações de Uso	6.536	7.660	
Depreciações Acumuladas	(5.445)	(6.140)	
INTANGÍVEL (Nota 9)	2.045	1.454	
Ativos Intangíveis	7.082	5.863	
Amortização Acumulada	(5.037)	(4.409)	
TOTAL	707.395	561.248	TOTAL

31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil		
PASSIVO	2018	2017
CIRCULANTE	119.799	92.663
OUTRAS OBRIGAÇÕES	119.799	92.663
Sociais e Estatutárias	1.172	761
Fiscais e Previdenciárias (Nota 11a)	83.571	53.176
Diversas (Nota 11b)	35.056	38.726
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	14.572	17.752
OUTRAS OBRIGAÇÕES	14.572	17.752
Fiscais e Previdenciárias (Nota 11a)	225	274
Diversas (Nota 11b)	14.347	17.478
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	573.024	450.833
Capital:		
- De Domiciliados no País (Nota 12a)	250.000	190.000
Reservas de Lucros (Nota 12c)	323.024	260.833

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		Francista da da ano	<b>d</b> de desembre
	2º Semestre 2018	Exercícios findos em 3 2018	2017
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	18.729	34.891	43.713
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5c)	18.729	34.891	43.713
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	18.729	34.891	43.713
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	86.524	188.532	102.626
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 13)	181.346	362.234	275.017
Despesas de Pessoal (Nota 14)	(57.518)	(107.020)	(113.318)
Outras Despesas Administrativas (Nota 15)	(22.445)	(36.932)	(33.681)
Despesas Tributárias (Nota 16)	(15.746)	(30.762)	(22.366)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 7)	1	1	(17)
Outras Receitas Operacionais (Nota 17)	1.072	1.502	1.227
Outras Despesas Operacionais (Nota 18)	(186)	(491)	(4.236)
RESULTADO OPERACIONAL	105.253	223.423	146.339
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(100)	(173)	(3)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	105.153	223.250	146.336
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 20a e b)	(47.462)	(99.887)	(66.200)
Provisão para Imposto de Renda	(29.453)	(52.927)	(35.560)
Provisão para Contribuição Social	(25.345)	(44.604)	(30.208)
Ativo Fiscal Diferido	7.336	(2.356)	(432)
LUCRO LÍQUIDO	57.691	123.363	80.136
Número de ações (Nota 12a)	9.322.059	9.322.059	9.322.059
Lucro por lote de mil ações em R\$	6.188,65	13.233.45	8.596.38

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

	Capital	pital Reservas de Lucros		Lucros		
Eventos	Social	Legal	Estatutária	Acumulados	Totais	
Saldos em 30.6.2018	250.000	18.473	247.408	-	515.881	
Lucro Líquido	-	-	-	57.691	57.691	
Destinações: - Reservas	-	2.885	54.258	(57.143)	-	
- Dividendos Propostos	-	-	-	(548)	(548	
Saldos em 31.12.2018	250.000	21.358	301.666	-	573.024	
Saldos em 31.12.2016	167.000	17.182	187.276	-	371.458	
Aumento de Capital com Reservas (Nota 12b)	23.000	-	(23.000)	-	-	
Lucro Líquido	-	-	· -	80.136	80.136	
Destinações: - Reservas	-	4.007	75.368	(79.375)	-	
- Dividendos Propostos	-	-	-	(761)	(761	
Saldos em 31.12.2017	190.000	21.189	239.644	-	450.833	
Aumento de Capital com Reservas (Nota 12b)	60.000	(6.000)	(54.000)	-	-	
Lucro Líquido	-	` -	· -	123.363	123.363	
Destinações: - Reservas	-	6.169	116.022	(122.191)	-	
- Dividendos Propostos	-	-	-	(1.172)	(1.172	
Saldos em 31.12.2018	250.000	21.358	301.666		573.024	

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA** - Em Reais mil Exercícios findos em 31 de dezembro
2018 2017 2º Semestre luxo de Caixa das Atividades Operacionais 105.153 223.250 Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social 146.336 Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos 1.118 Depreciações e Amortizações .. 1.049 Despesas com Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas (172)(73)Resultado de Participações em Coligadas e Controladas 224.368 105.622 Lucro Líquido ajustado antes dos Impostos. 148.451 mento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros (Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens (13.245)(18.856)Aumento/(Redução) em Outras Obrigações...... Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos. 18.826 (11.730) (2.929) (71.027) **1.968** Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos Alienação de Imobilizado de Uso (275) (846) **(1.121)** Aquisição de Imobilizado de Uso. (1.219) (1.211) Aquisição de Intangível. Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimento (1.039)Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos: (761) **(761)** Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.. (328)321 Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período 645 317 321 317 321 Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período

> As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (BRAM ou Instituição) tem como objetivo praticar operações e atividades atinentes às disposições legais e regulamentares aplicáveis às sociedades da espécie, inclusive a administração de carteira de valores mobiliários por intermédio de carteiras de fundos, clubes de investimentos e outros assemelhados, alémeda execução de outros serviços ou atividades correlacionados à administração de recursos, podendo, para tal fim, celebrar convênios, bem como comprar e vender participações societárias e participar como sócia ou acionista de outras Sociedades. É parte integrante da Organização Bradesco (Organização), sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas, que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demo

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro

na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos. na sua gestad e que as prancas contabeis inclumente de manera consistente arme se periodos. As demonstrações contábeis inclumen estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes

daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 30 de janeiro de 2019.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. b) Apuração do resultado

o resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações Créditos tributários (Nota 20c). com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. d) Títulos e valores mobiliários - classificação

Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida

ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A Instituição não possui Iffulos classificados nesta catenoria: e Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição

não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são 8) IMOBILIZADO DE USO baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a dete do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas é registrada na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro toi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15 e retornou à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não ativados, estão apresentados na Nota 20.

oram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados nos resultados de acordo com o princípio da competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado

de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando benefícios futuros não são mais esperados.

Os investimentos en empresa cominadas e congatado, com metodo de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável

1. Processos trinabalinistas.

(impairment), quando aplicável h) Imobilizado

decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos, sistemas de comunicação e segurança - 10% ao ano, sistemas de processamento de dados 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável

corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Software: são registrados ao custo, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil-estimada (20% ao ano), a partir da data da sua

disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábi

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil

V - Movimentação das provisões do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

k) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:

• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas; (1) Compreende, substancialmente, ao processo de execução fiscal de ISS junto à Prefeitura do Município do Rio de Janeiro.

a inquiação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuraveis com sunciente segurança;
Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente
será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas
explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
Obrigações Legais - Provisão Para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas

I) Outros ativos e passivos Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base pro rata dia).

m) Eventos subsequentes
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.
São compostos por:

Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e Eventos que originam ajustes: sao aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis. 4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Ém 31 de dezembro de 2018, corresponde a disponibilidades em moeda nacional no montante de R\$ 317 mil (2017 - R\$ 321 mil) 5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Carteira própria Cotas de fundos de investimento 641.818 b) Classificação por categorias e prazos - distribuídas de acordo com os papéis que compõem as carteiras dos fundo Em 31 de dezembro - R\$ mil 2018 Valor de

Títulos (1)	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	mercado/ contábil (2)	custo atualizado	mercado/ contábil (2)
Títulos para negociação: (3)	214.166	5.073	7.811	414.768	641.818	641.818	512.230
Letras financeiras do tesouro	100.593	628	-	408.998	510.219	510.219	337.996
Notas do tesouro nacional	113.418	-	-	-	113.418	113.418	162.579
Letras financeiras	-	4.445	7.811	5.770	18.026	18.026	11.484
Outros	155	-	-	-	155	155	171
Total em 2018	214.166	5.073	7.811	414.768	641.818	641.818	
Total em 2017	162.750	40.732	8.979	299.769			512.230
(1) As aplicações em cotas de fundos de	investimento qu	e incluem opera	cões compromis	sadas realizadas	s pelos respectivo	os Fundos de Inv	estimento, foram

As aplicações en rotas de indus de industria que incluent operações compromissadas realizadas peros respectivos entrolos de investimento, lotami distribuídas observando o percentual de participação no Patrimônio Líquido de cada fundo, aplicado nos papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos e na distribuição dos prazos foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil. Do total aplicado no encerramento do exercício R\$ 641.663 mil (2017 - R\$ 512.059 mil) eram em fundos exclusivos administrados pela Organização; Nas aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão der

Resultado de títulos e valores mobiliários

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estao em conformidade com as ultretures collitables entantadas das Leis in 3-1030 for Lei do Castella I indicatoria de Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da BRAM evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas do Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da BRAM evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas do Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da BRAM não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017. 43.713

6) OUTROS CRÉDITOS Em 31 de dezembro - R\$ mil

Taxa de administração de fundos de investimento Tarifa de administração de carteiras... Total. 39.200 22.291 Em 31 de dezembro - R\$ mil Impostos e contribuições a compensar 2.596 1.403 Devedores por depósito em garantia.. 1.391 1.305 Adiantamentos e antecipações salariais 405 97 588 21.833 23.237 7) INVESTIMENTOS Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos, foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica d

de ações Participação eguivalência Capital Patrimônio (em milhares) no capital 2017 73 social (%) (1) líquido 212.936 Ações 20.891 Total 74 (17)

(1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores.

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômic de depreciação

10% 20% 10% 566 360 165 istema de processamento de dados 248 Sistema de segurança e comunicação. Total em 2018. 6.536 (5.445)1.091 1.520 9) INTANGÍVEL

Os gastos com desenvolvimento de sistemas e *software*, com custo líquido de amortização correspondem a R\$ 2.045 mil (2017 - R\$ 1.454 mil), sendo amortização acumulada é de R\$ 5.037 mil (2017 - R\$ 4.409 mil).

10) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

"Resultado de participações em coligadas e controladas"

Saldo em 31 de dezembro de 2018 (Nota 11b)..

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processo anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição. São acões ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras", em razão de interpretação do artigo 224

da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos lesses. É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários não têm valores relevantes.

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionada sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição III - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais da BRAM são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão

R\$ mil Trabalhistas 227 Fiscais (1) 6.071 Cíveis Saldo em 31 de dezembro de 2017. 

bradesco asset management

## **BRAM - Bradesco Asset Management S.A.**

Empresa da Organização Bradesco CNPJ 62.375.134/0001-44

Sede: Avenida Paulista, 1.450 - 6º Andar - Bela Vista - São Paulo - SP

Em 31 de dezembro - R\$ mil

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas or análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos operações sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos com essa classificação são os operações com esta classificação são operações com esta classificação operações com esta classificação são operações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a resolução operações operações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a resolução operações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a resolução operações operações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a resolução operações operações com partes relacionadas (diretas e indiretas contingentes availados como de risco de perda possiver hao sao reconhectuos contabilimente. Os principais processos com essa classificação são os seguintes: a) Autuações relativas às contribuições previdenciárias, relativos aos anos-bases de 2007 a 2009, sobre valores pagos à título de Participação nos Lucros ou Resultado - PLR e aportes em planos de previdência privada, considerados pela fiscalização como verbas remuneratórias sujeitas à incidência de tais contribuições, no montante de R\$ 15.770 mil (2017 - R\$ 19.606 mil); e b) Autuações de IRPJ e CSLL, relativos aos anos-bases de 2007 a

2011, lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de inv entos, no valor total de R\$ 20.511 mil (2017 - R\$ 16.412 mil) 11) OUTRAS OBRIGAÇÕES

2017 49.015 Impostos e contribuições sobre lucros a pagar Impostos e contribuições a recolher. 8.004 Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 20c) 225 **83.796** b) Diversas - R\$ mil 30.807 31.234 Provisão para participações nos lucros e resultados 10.959 6.071 1.369 344 6.071 886 219 Provisões cíveis e trabalhistas (Nota 10b) Obrigações por aquisição de bens e direito Total .....

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO a) Capital social O capital social, no montante de R\$ 250.000 mil (2017 - R\$ 190.000 mil) totalmente subscrito e integralizado, é composto por 9.322.059 (2017 - 9.322.059) b) Movimentação do capital social

2018 190.000 9.322.059 9.322.059 167.000 (1) Em 30 de maio de 2018, o BACEN homologou a AGO/AGE de 30 de abril de 2018 que deliberou o aumento do capital social, mediante a utilização de

parte do saldo de Reservas de Lucros - Estatutária no montante de R\$ 54.000 mil e Legal de R\$ 6.000 mil, sem emissão de ações. Em 30 de maio de 2017, o BACEN homologou a AGO/AGE de 28 de abril de 2017 que deliberou o aumento do capital social, mediante a utilização de parte do saldo de Reservas de Lucros - Estatutária no montante de R\$ 23.000 mil, sem emissão de ações. c) Reservas de lucros Em 31 de dezembro - R\$ mil

260.833 323.024 Reservas de lucros (1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital

ou para compensar prejuízos; e
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a AGO deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na

 d) Dividendos e juros sobre o capital próprio Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a **b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social** título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

2017 Lucro líquido do exercício 80.136 123.363 (-) Reserva legal - 5% sobre o lucro. 117.194 Base de cálculo .. Dividendos propostos 1.172 Percentual em relação à base de cálculo Valor em Reais por lote de mil ações..... 13) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS O valor de R\$ 362.234 mil (2017 - R\$ 275.017 mil) corresponde às receitas auferidas na gestão de recursos de terceiros, calculado com base em percentua

definido em contrato de intermediação de negócios 14) DESPESAS DE PESSOAL Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil
2018 2017 43.691 47.161 32.751 16.104 14.089 Participação dos empregados nos lucros. 20.312 15.771 Encargos sociais 107.020 113.318 15) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil 2017 10.376 3.082 Propaganda, promoções e publicidade Processamento de dados..... 3.621 2.481 2.363 1.304 1.049 Serviços técnicos especializados 2.339 2.744 1.145 1.047 Serviços de terceiros Viagens... Depreciações e amortizações 856 408 405 189 Transportes. Despesas de material. 16) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil Contribuição à COFINS. Impostos sobre serviços - ISS 9.633 Contribuição ao PIS. 17) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil 1.127 Reversão de outras provisões operacionais.. Reversão de provisões cíveis e trabalhistas.. 1.301 Recuperação de encargos e despesas.. Outras receitas financeiras..... 18) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil 519 ssarcimentos a clientes Atualização de impostos e contribuições . 216 Indenizações pagas. Outras provisões Provisões cíveis e trabalhistas Patrocínio. 243 315 **4.236** Multas Outras Total . RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Opinião Examinamos as demonstrações contábeis da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instituição"), que com preendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e

financeira da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercícios findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a vidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Aos Acionistas e aos Administradores da

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no trabalhos Parasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento

das operações.

KPMG Auditores Independe
Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

CRC 2SP028567/O-1 F SP

Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

19) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS transações estão assim representadas:

Em 31 de dezembro - R\$ mi Coligadas 2017 1.172 Controladores Coligadas Despesas de aluguéis Despesas com servicos prestados. (7)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados

 O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização a ser pago ao membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcioná

ríos e Administradores da Instituição.
Para 2018, foi determinado o valor máximo de R\$ 6.400 mil (2017 - R\$ 4.700 mil) para remuneração dos Administradores (prove (2017 - R\$ 4.900 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida. Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser des

tinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores de instituições financeiras.

Benefícios de curto prazo a administradores Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mi Total .. 5.675 4.669 Benefícios pós-emprego Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mi Planos de previdência complementar de contribuição definida 5.599

A Instituição não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos d CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração. 20) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil 223.250 146.336 Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1). (65.851)Efeito no cálculo dos tributos: 2.343 (99.887)(66.200) (1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2018, d

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mi Impostos correntes: Imposto de renda e contribuição social devidos (97.531)(65.768) Constituição/realização no exercício sobre adições temporárias Total dos impostos diferidos. mposto de renda e contribuição social do exercício (66.200) c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

31.12.2017 31.12.2018 13.445 1.821 1.685 Provisão para desvalorização de títulos e investimento Provisões trabalhistas ..... Total dos créditos tributários (Nota 6b) (1) 19.700 15.352 17.344 15.327 (17.634)19.426 Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas... (1) Os créditos tributários das empresas dos segmentos financeiro e de seguros foram constituídos considerando a elevação da alíquota de contribuiçã social, determinada pela Lei nº 11.727/08 (Nota 3e)

Diferenças temporárias 3.473 2.084 5.557 3.473 1.796 2.084 1.078 10.840 A projeção de realização de créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 16.436 mil (2017 R\$ 19.328 mil).

Todos os créditos tributários da BRAM foram devidamente ativados 21) OUTRAS INFORMAÇÕES

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização do A atividade de gerenciamento dos inscos e atianieme estrategica em vinde da diseceme competidade dos serviços e produtos e da giobalização do negócios da Organização, motivo de constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas.

A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos colaboradores em todo os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração

nento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurad que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil da atividade da Organização. A BRAM possui estrutura e governança de gerenciamento de risco própria, da qual participam membros integrantes da Organização no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até 31 de dezembro de 2018, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados foram:

Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01):

 Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
 Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05); Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);

Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
 Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1);
 Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);

Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1): e

 Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se, a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva c) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

A DIRETORIA

Antonio Marcos Sapata - Contador - CRC 1SP212776/O-9

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábelacion parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamo

e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamenta

nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, confluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluírmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadeguadas. Nossas conclusões estão

entadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis. representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressa

uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, con

comunicamo-nos com a administração e os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditori e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nosso:

Osasco, 14 de março de 2019

André Dala Pola Contador CRC 1SP214007/O-2

## Assine o Valor Econômico: assinevalor.com.br ou ligue: 0800 7018888



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇOIABA DA SERRA

HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019

OBJETO: Aquisição de Troféus e Medalhas para os eventos realizados pela Secretaria de Esportes, lazer para o exercício de 2019, conforme Memorial Descritivo contido no Anexo I. Após analisa todas as da douta do (a) Pregoeiro (a) e sua Equipe de Apoio, acolho suas razões pelas quais optaram em seu julgamento pelas propostas das licitantes: TROFEUS SÃO ROQUE LTDA EPP nos itens 04, 05, 08, 09, 10, 12, 13, 14, 15, 16 e 17 perfazendo um valor total de R\$ 16.868.00 (dezesseis mil oitorentos e sessenta oito reais); RVL COMERCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS EIRELI ME nos itens 01, 02, 03, 06, 07, 11. reais e oitenta centavos); E, entendo como justo e legal, motivo pelo qual HOMOLOGO a presente licitação em favor da mesma proponente vencedora. Proceda-se ao empenho e contrato. Araçoiaba da Serra, 13 de março de 2019.

Dirlei Salas Ortega Prefeito Municipal Ordenador de Despesa

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIO COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

**AVISO DE COTAÇÃO** A Secretaria Municipal de Economia de Maceió, por meio da Diretoria

Administração, informa que esta recebendo cotação de preços para contratação de empresa especializada para realização de serviços contínuos de manutenção preventiva programada e corretiva (previsível e imprevisível), denominada on-going, do ambiente DATA CENTER (sala-cofre) da Prefeitura Municipal de Maceió - PMM - Secretaria Municipal de Economia - SEMEC. Sendo assim os interessados na futura contratação nos enviar cotação de precos para o endereco eletrônico abaixo. Prazo para envio das propostas ate 05 (cinco) dias úteis, a partir dessa publicação. Maiores informações nos telefones : (82) 3315-2541/98882-8132 Rua Pedro Monteiro, 47, Centro. Email para envio da solicitação de cotação: Suzana.oliveira@smf.maceio.al.gov.br

Maceio/AL, 14 de março de 2019.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JACI

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL №. 007/2019. EDITAL №. 008/2019 - PROCESSO №. 009/2019. OBJETO omecimento de Produtos alimentícios como carnes e frios, destinados para a merenda escolar e assistência social do nunicípio, data da realização do Pregão 29/03/2019, as 9h00min, edital e informação: Setor de licitação da Prefeitura n horário das 08h00min as 12h00min e das 14h00min as 17h00min, Praça Dom Lafayete Libaneo, 700 - no site www.jaci sp.gov.br e pelo Telefone (17) 3283.9930. Jaci 13 de março de 2019. Rafael Tridico - Prefeito Municipal

### PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE ANTONINA

AVISO DE ABERTURA DE ENVELOPE DE PROPOSTAS DE PREÇOS. **TOMADA DE PREÇO N° 001/2019**. PROCESSO LICITATÓRIO N° 031/2019. PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE ANTÓNINA. A Prefeitura do Municipio de Barão de Antonina, através da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pela Portaria n° 267 de 01 de março de 2019, comunica a todos os ud comissao l'eminente de Licitações, indireada pera l'ordinat il 201 de 10 d ILVA - EPP, CNPJ n° 20.969.130/0001-44, para estarem presentes na sessão e para maiores informações pelo telefon 5 35731170 ramal 22. Barão de Antonina/SP, 14 de Março de 2019. FRANCINE TOMAZ NICOLOFF - Presidente da CPL.